

MANUAL DE BOAS PRÁTICAS: O USO ÉTICO E RESPONSÁVEL DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA PESQUISA ACADÊMICA DO MESTRADO EM DIREITO, INOVAÇÃO E REGULACIONES DA UNIVEL

SEÇÃO 1:

PREÂMBULO – A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COMO FERRAMENTA DE APOIO À PESQUISA JURÍDICA

1.1. Declaração de Propósito

Este manual baseado na Resolução 01/2025 do PPGD UNIVEL, apresenta a política oficial do Programa de Pós-Graduação em Direito, no curso de Mestrado em Direito, Inovação e Regulações do Centro Universitário de Cascavel – UNIVEL, acerca do uso de ferramentas de Inteligência Artificial (IA), com ênfase em modelos de IA generativa, no desenvolvimento de pesquisas acadêmicas. O propósito fundamental deste documento é orientar discentes e docentes a empregar o potencial transformador da IA de maneira ética, responsável, transparente e criticamente consciente a partir das regras estabelecidas na regulamentação do PPGD. As diretrizes aqui contidas visam assegurar que a tecnologia seja utilizada como um instrumento de aprimoramento e otimização do processo de pesquisa, sem jamais substituir ou diminuir o rigor intelectual, a originalidade e a integridade que constituem os pilares da produção científica.

1.2. Filosofia Institucional

A UNIVEL reconhece a Inteligência Artificial como uma força tecnológica de impacto profundo e crescente em todas as esferas da sociedade, incluindo o campo jurídico e a pesquisa acadêmica. Em consonância com uma visão de vanguarda educacional, a instituição adota uma postura proativa, que transcende a mera regulação reativa. O objetivo é capacitar seus pesquisadores não apenas para que utilizem a IA, mas para que se tornem líderes e exemplos no seu emprego ético e inovador.

Esta postura é alicerçada em um princípio central e inegociável: a autoria intelectual, o desenvolvimento do pensamento crítico, a argumentação original e a responsabilidade final por cada aspecto do trabalho acadêmico são atributos intransferíveis e exclusivos do pesquisador humano. As ferramentas de IA, por mais

avançadas que sejam, operam como acessórios metodológicos e instrumentais. O mestrando é, e sempre será, o autor e o responsável intelectual por sua obra.

SEÇÃO 2:

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS PARA O USO DE IA NA PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

O uso de qualquer ferramenta de Inteligência Artificial no âmbito do Mestrado em Direito, Inovação e Regulações da UNIVEL deve ser guiado por um conjunto de princípios éticos e acadêmicos. Estes princípios formam a base sobre a qual todas as regras práticas e diretrizes deste manual são construídas. A adesão a eles não é opcional, mas sim um requisito fundamental para a condução de pesquisas na instituição. É notável que, apesar das diferentes culturas acadêmicas e sistemas jurídicos, as principais universidades do mundo convergiram para um conjunto quase idêntico de princípios fundamentais, indicando não uma criação de regras locais, mas a codificação de um consenso ético global emergente em resposta aos desafios e oportunidades da IA.

2.1. Integridade Acadêmica

A integridade é o alicerce da confiança na pesquisa científica. O uso de IA deve, em todas as circunstâncias, aderir aos mais elevados padrões de honestidade, rigor e ética acadêmica. Qualquer utilização de ferramentas de IA que resulte, intencionalmente ou não, na obtenção de uma vantagem acadêmica injusta sobre outros estudantes é considerada má conduta acadêmica e será tratada como tal. Este princípio proíbe categoricamente a representação de qualquer trabalho, texto, ideia ou análise gerada por uma ferramenta de IA como sendo de autoria original do pesquisador. Tal ato é uma forma de plágio e constitui uma grave violação da integridade acadêmica.

2.2. Responsabilidade Integral e Intransferível do Pesquisador

O estudante de mestrado é o único e final responsável por todo o conteúdo apresentado em seus trabalhos acadêmicos, independentemente das ferramentas utilizadas em sua elaboração. Esta responsabilidade é absoluta e não pode ser delegada a uma ferramenta de IA. Isso significa que o pesquisador assume total responsabilidade pela veracidade dos fatos, pela validade dos argumentos jurídicos, pela precisão das informações, pela correção das citações e referências, e pela

originalidade e coerência do texto final. Erros, imprecisões, vieses, ou as chamadas "alucinações" (informações factualmente incorretas ou fabricadas) geradas pela IA são, para todos os efeitos, erros do pesquisador e serão avaliados como tal.

2.3. Transparência e Rastreabilidade

A transparência é um pilar da metodologia científica. O pesquisador tem o dever ético e acadêmico de declarar de forma clara, explícita e honesta o uso de ferramentas de IA em qualquer trabalho submetido para avaliação. A ocultação do uso de IA é, em si, uma violação da integridade acadêmica. Esta declaração não é uma mera formalidade; ela é essencial para que orientadores, bancas examinadoras e pares possam compreender a metodologia empregada e avaliar o trabalho de forma justa e contextualizada. A declaração deve ser específica, indicando qual ferramenta foi utilizada, sua versão, e para qual finalidade precisa no processo de pesquisa, como será detalhado na Seção 4 deste manual.

2.4. Pensamento Crítico e Ceticismo Construtivo

Os resultados gerados por ferramentas de IA não são fontes primárias de conhecimento. Eles são construções probabilísticas baseadas nos padrões extraídos de vastos conjuntos de dados de treinamento, e não possuem compreensão, intencionalidade ou capacidade de verificação da realidade. Portanto, o pesquisador deve abordar todo e qualquer *output* de IA com um elevado grau de ceticismo construtivo. É obrigatório que o pesquisador reconheça e mitigue ativamente as limitações inerentes a essas tecnologias, que incluem a propensão a reproduzir e amplificar vieses sociais presentes nos dados de treinamento, a fabricação de informações (alucinações), a falta de compreensão contextual e a incapacidade de realizar raciocínio jurídico genuíno. Cada informação, cada sugestão de fonte e cada linha de argumento proposta por uma IA deve ser rigorosamente verificada e validada pelo pesquisador através de fontes acadêmicas e jurídicas primárias e confiáveis.

SEÇÃO 3:

DIRETRIZES DE CONDUTA E RESPONSABILIDADE DO PESQUISADOR

Com base nos princípios fundamentais, esta seção estabelece diretrizes de conduta específicas e mandatárias para a utilização de IA na pesquisa. A violação destas diretrizes será considerada má conduta acadêmica.

3.1. Autoria Intelectual e a Inadmissibilidade da IA como Autora

Ferramentas de Inteligência Artificial, incluindo os mais avançados LLMs, não possuem personalidade jurídica, consciência, agência, intencionalidade ou responsabilidade. São ferramentas computacionais. Como tal, uma IA não pode ser considerada autora ou coautora de um trabalho acadêmico. A autoria implica responsabilidade intelectual, algo que uma máquina não pode assumir. Portanto, a submissão de textos gerados por IA, mesmo que extensivamente editados, como se fossem de autoria própria, é uma violação fundamental dos princípios de autoria e integridade. Este ato será tratado com a mesma gravidade do plágio e da fraude acadêmica.

3.2. Prevenção ao Plágio e à Fraude Acadêmica

O uso indevido de IA não cria uma nova categoria de má conduta, mas se enquadra perfeitamente nas definições já existentes. A UNIVEL adota a classificação segundo a qual o uso excessivo ou não declarado de IA como **plágio** ou **falsificação**, e não necessariamente como "contract cheating" (contratação de terceiros para fazer o trabalho). Esta distinção é relevante para o correto enquadramento disciplinar.

Constitui plágio:

- Apresentar como suas as ideias, estruturas de argumento, análises ou textos sumarizados por uma IA sem a devida atribuição, verificação e reelaboração crítica substancial.
- Utilizar parágrafos ou sentenças geradas por IA e inseri-las no próprio texto sem indicação de que não são de autoria própria.

Constitui falsificação:

- Apresentar dados, referências ou citações jurisprudenciais geradas por uma IA que sejam inverídicas ou fabricadas.

3.3. Verificação e Validação de Fontes

Alerta Crítico: Ferramentas de IA generativa são notoriamente conhecidas por "alucinar", ou seja, inventar informações que parecem plausíveis, mas são completamente falsas. No contexto da pesquisa jurídica, este risco é extremamente elevado e pode se manifestar na criação de **jurisprudência inexistente, artigos de lei fictícios, citações doutrinárias falsas e referências bibliográficas fabricadas.**

Obrigação Inegociável: Dada a gravidade deste risco, estabelece-se como uma obrigação metodológica inegociável que toda e qualquer informação, citação, referência legal ou dado obtido ou sugerido por uma ferramenta de IA **deve ser** verificado manualmente e rigorosamente pelo pesquisador em suas fontes originais e confiáveis. Fontes confiáveis incluem bases de dados oficiais de jurisprudência (e.g., sites de tribunais superiores), Diários Oficiais, portais de legislação, periódicos acadêmicos qualificados (Qualis/Capes), e obras doutrinárias reconhecidas. Confiar cegamente em um *output* de IA sem a devida validação constitui uma falha grave de metodologia de pesquisa e uma violação do princípio da responsabilidade do pesquisador.

3.4. Proteção de Dados, Confidencialidade e Propriedade Intelectual

Esta é a área de maior risco institucional e legal, e, portanto, sujeita às proibições mais estritas. A preocupação com a segurança da informação é o principal vetor para a criação de regras rígidas e infraestruturas controladas. A inserção de dados em plataformas públicas de IA pode acarretar consequências legais e financeiras graves para o estudante e para a universidade.

PROIBIÇÃO ESTRITA: É estritamente proibido inserir qualquer tipo de informação confidencial, sensível, pessoal ou de acesso restrito em ferramentas de IA públicas ou comerciais que não sejam explicitamente aprovadas e licenciadas pela UNIVEL sob um contrato que garanta a segurança e a confidencialidade dos dados. Esta proibição inclui, mas não se limita a:

- **Dados Pessoais:** Qualquer informação que possa identificar um indivíduo, especialmente dados de participantes de pesquisa, que são protegidos pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).
- **Informações Confidenciais:** Dados de processos judiciais sob sigilo de justiça, informações comerciais sensíveis de empresas obtidas sob acordo de confidencialidade (NDA), ou dados estratégicos da própria universidade.
- **Dados de Pesquisa Não Publicados:** Rascunhos de artigos, capítulos de dissertação, dados brutos de pesquisa, e qualquer outra forma de produção intelectual original antes de sua publicação.
- **Material Protegido por Direitos Autorais:** Fazer o upload de cópias integrais de artigos, livros ou outros materiais protegidos por direitos autorais, cuja licença não permita tal redistribuição.

Justificativa: A inserção de dados nesses sistemas representa múltiplos riscos. Primeiramente, pode constituir uma violação direta de leis de proteção de dados e de contratos de confidencialidade. Em segundo lugar, os termos de serviço da maioria das ferramentas públicas de IA estipulam que os dados inseridos podem ser utilizados para treinar seus modelos futuros, o que significa uma perda de controle e, potencialmente, da propriedade intelectual sobre o material.

Diretriz de Segurança: Os pesquisadores devem priorizar o uso de ferramentas de IA que sejam oficialmente licenciadas e disponibilizadas pela universidade, quando houver. Tais ferramentas operam sob contratos que protegem os dados institucionais e garantem que as informações dos usuários não sejam usadas para treinar modelos públicos. Na ausência de tais ferramentas, a regra de ouro é: se a informação não pode ser publicamente divulgada, ela não pode ser inserida em uma IA pública.

SEÇÃO 4: REGRAS PRÁTICAS DE USO, CITAÇÃO E DECLARAÇÃO

Para traduzir os princípios abstratos em orientação prática e inequívoca, este manual adota um framework de governança baseado no modelo de três categorias desenvolvido pela University College London (UCL), que se destaca por sua clareza e aplicabilidade no contexto acadêmico. Cada atividade avaliativa ou trabalho acadêmico desenvolvido no âmbito do programa deverá ser classificado por seu respectivo docente em uma das três categorias a seguir. Na ausência de uma classificação explícita, a **Categoria 2 (Uso Assistivo)** será considerada o padrão.

4.1. Categoria 1: Uso Proibido

Definição: Em atividades classificadas nesta categoria, o uso de qualquer ferramenta de IA generativa é estritamente proibido em todas as fases do trabalho. O objetivo pedagógico é avaliar competências fundamentais e independentes do pesquisador, como a capacidade de memorização, a aplicação direta de conhecimento, o desenvolvimento autônomo do raciocínio crítico e a argumentação sem auxílio computacional externo.

Exemplos de Aplicação:

- Exames escritos ou orais realizados em sala de aula (com ou sem consulta a material físico).

- Arguições orais de qualificação ou defesa.
- Testes de conhecimento específico sobre doutrina ou legislação.
- Apresentações em que a capacidade de argumentação e resposta em tempo real é o foco da avaliação.

4.2. Categoria 2: Uso Assistivo (Permitido com Declaração Obrigatória)

Definição: Esta é a categoria padrão para a vasta maioria dos trabalhos de pesquisa do mestrado, incluindo artigos científicos, projetos de pesquisa e a dissertação final. Nesta modalidade, a IA pode ser utilizada como uma ferramenta de apoio ou assistência, mas o trabalho final deve ser, em sua substância, de autoria do estudante. A IA pode ajudar a otimizar processos, mas não pode executar as tarefas centrais de análise, interpretação e escrita. O uso de IA nesta categoria exige uma declaração explícita e detalhada, conforme o item 4.5.

A tabela a seguir detalha os usos permitidos e proibidos para as principais tarefas de pesquisa jurídica nesta categoria.

Tabela 1: Matriz de Uso Assistivo (Categoria 2) de Ferramentas de IA na Pesquisa Jurídica

Tarefa de Pesquisa	Uso Permitido da IA (Exemplos)	Uso Proibido / Risco Elevado	Observações Críticas e Requisitos
Brainstorming e Delimitação do Tema	Gerar ideias iniciais de temas, explorar possíveis recortes e subtemas, sugerir questões de pesquisa preliminares.	Adotar o tema ou a questão de pesquisa gerada pela IA sem refinamento crítico e aprofundamento pessoal.	O <i>output</i> da IA é um ponto de partida para a reflexão, não a delimitação final do tema. A originalidade e relevância do problema de pesquisa são de responsabilidade do mestrando.
Revisão	Identificar	Gerar uma	RISCO MÁXIMO

Tarefa de Pesquisa	Uso Permitido da IA (Exemplos)	Uso Proibido / Risco Elevado	Observações Críticas e Requisitos
de Literatura	autores-chave em uma área, sugerir palavras-chave e descritores para busca em bases de dados acadêmicas, encontrar sinônimos para termos técnicos.	revisão de literatura completa; confiar nas fontes, resumos ou citações fornecidas pela IA; pedir à IA para "escrever o estado da arte".	DE ALUCINAÇÃO. Usar a IA apenas como um guia para a busca. A pesquisa, leitura e fichamento dos textos devem ser realizados em bases de dados acadêmicas confiáveis (e.g., Scielo, Web of Science, HeinOnline).
Sumarização de Artigos e Decisões	Criar resumos de textos longos (artigos, acórdãos) para uma triagem inicial e rápida avaliação de sua pertinência para a pesquisa.	Copiar o resumo gerado pela IA para o trabalho; basear a análise do texto exclusivamente no resumo da IA; assumir que o resumo é preciso e completo.	O resumo da IA pode omitir nuances cruciais, interpretar incorretamente argumentos complexos ou ignorar o <i>ratio decidendi</i> de uma decisão. A leitura integral do texto original é obrigatória para qualquer fonte que será utilizada no trabalho.
Redação e Escrita Acadêmica	Ajudar a superar bloqueios de escrita, sugerir diferentes	Gerar parágrafos, seções ou o texto completo do trabalho. Utilizar a IA para	A voz, o estilo argumentativo e a estrutura lógica do texto devem ser do autor. A IA pode ser

Tarefa de Pesquisa	Uso Permitido da IA (Exemplos)	Uso Proibido / Risco Elevado	Observações Críticas e Requisitos
	formas de frasear uma ideia, revisar a gramática, a pontuação e o tom acadêmico do texto.	reescrever (parafrasear) textos de outros autores para evitar detecção de plágio.	um "parceiro de diálogo" ou um revisor, mas nunca o escritor. A paráfrase via IA sem atribuição é plágio.
Análise de Dados e Jurisprudência	Auxiliar na organização de dados (e.g., criar tabelas a partir de texto não estruturado), identificar a frequência de termos em um conjunto de decisões (com supervisão).	Realizar a análise jurídica de um caso; gerar a interpretação de uma lei ou de um precedente; identificar o <i>ratio decidendi</i> de uma decisão judicial.	A interpretação, a hermenêutica e a análise jurídica são a essência do trabalho do pesquisador do Direito e não podem ser delegadas a uma máquina. A IA não "compreende" o Direito.
Citação e Referenciação	Formatar referências bibliográficas em estilos específicos (e.g., ABNT, Chicago), organizar a lista de referências em ordem alfabética.	Gerar referências para fontes que a própria IA "citou" em seu texto; confiar cegamente na formatação gerada.	Verificar manualmente cada detalhe da referência formatada. A IA frequentemente comete erros de formatação, inventa DOIs, números de página ou dados de publicação.

4.3. Categoria 3: Uso Integral (Permitido sob Orientação Específica)

Definição: Esta categoria se aplica a projetos de pesquisa nos quais a IA não é apenas um auxílio, mas uma parte integrante e essencial da metodologia. Isso ocorre em pesquisas que empregam métodos de jurimetria, análise de linguagem natural em larga escala, modelagem de dados regulatórios, entre outras abordagens computacionais.

Requisitos:

- O uso de IA nesta categoria deve ser previamente discutido, planejado e aprovado pelo professor orientador.
- A metodologia do trabalho deve descrever de forma explícita, detalhada e transparente quais ferramentas de IA foram utilizadas, como foram configuradas (e.g., modelos, parâmetros) e qual foi seu papel na obtenção dos resultados.
- O mestrando deve demonstrar um profundo domínio sobre a ferramenta, compreendendo suas capacidades e limitações, e ser capaz de avaliar criticamente a validade e a confiabilidade de seus resultados.

4.4. O Dever de Declaração: Como e Onde Reconhecer o Uso de IA

Quando Declarar: A declaração de uso é obrigatória sempre que uma ferramenta de IA for utilizada em um trabalho classificado como Categoria 2 ou Categoria 3.

O Que Declarar: A declaração deve ser transparente, precisa e informativa. Seguindo as melhores práticas internacionais, como as do Imperial College London, a declaração deve conter:

1. **Nome e versão da ferramenta:** Ex: ChatGPT-4, Microsoft Copilot (versão de Setembro de 2025).
2. **Empresa publicadora:** Ex: OpenAI, Microsoft, Google.
3. **Descrição sucinta e honesta do uso:** Explicar para qual(is) tarefa(s) específicas a ferramenta foi utilizada. Exemplos: "para gerar um resumo inicial do artigo de referência para fins de triagem", "para revisar a gramática e o tom acadêmico do manuscrito final", "para brainstorm de palavras-chave relacionadas ao tema da pesquisa".

4. **Confirmação de responsabilidade:** Uma frase que reitere que o trabalho final, incluindo todos os argumentos e conclusões, é de autoria do estudante e que todo o conteúdo foi devidamente verificado e validado.

Onde Declarar: A declaração pode ser inserida em uma nota de rodapé na introdução, em uma seção específica de "Metodologia" ou na seção de "Agradecimentos", conforme a natureza do trabalho e a orientação do docente.

Modelo de Declaração:

"Reconheço o uso da ferramenta [Nome da Ferramenta, Versão] ([Empresa Publicadora]) como auxílio na seguinte etapa da pesquisa:. Todo o conteúdo, argumentos, análises e conclusões apresentados neste trabalho são de minha autoria integral, e todas as informações, dados e fontes foram devidamente verificados e validados em suas fontes originais."

SEÇÃO 5: IMPLICAÇÕES E PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES

5.1. Enquadramento da Má Conduta

As violações das diretrizes estabelecidas neste manual configuram má conduta acadêmica e serão tratadas com a máxima seriedade, em conformidade com o regimento interno da UNIVEL e as normas da Pós-Graduação. Dependendo da natureza e da gravidade da infração, o ato pode ser enquadrado como plágio, falsificação de dados, fraude acadêmica ou outra violação disciplinar pertinente. A ausência de declaração do uso de IA em trabalhos de Categoria 2 ou 3, por si só, já constitui uma infração por falta de transparência.

5.2. Processo de Apuração

A suspeita de uso indevido de IA será apurada seguindo os procedimentos disciplinares padrão da instituição. Docentes e orientadores que identificarem indícios de má conduta (e.g., inconsistências de estilo, presença de informações factualmente incorretas ou "alucinadas", incapacidade do aluno de explicar o raciocínio por trás de um argumento) podem iniciar um processo de verificação. Este processo pode incluir uma solicitação de conversa ou uma arguição oral (viva) com o estudante, com o objetivo de sondar a autoria do trabalho e o domínio do aluno sobre o conteúdo e a metodologia apresentados. A incapacidade de defender e explicar o próprio trabalho pode ser

considerada evidência de má conduta. No caso de uso de softwares de verificação de plágio não serão adotados percentuais fixos, mínimos ou máximos, de constatação de material supostamente elaborado por IA, devendo o avaliador considerar o contexto e características do conteúdo identificado pelo sistema.

5.3. Sanções Aplicáveis

Uma vez confirmada a má conduta acadêmica, as sanções serão aplicadas de acordo com a sua gravidade, o grau de intencionalidade e a existência de reincidência.

As sanções podem variar e incluem, mas não se limitam a:

- Atribuição de nota zero no trabalho ou na avaliação em questão.
- Reprovação na disciplina correspondente.
- Suspensão temporária do programa de mestrado.
- Desligamento (expulsão) do programa, nos casos mais graves e de fraude deliberada.

SEÇÃO 6: ANEXOS – CENÁRIOS PRÁTICOS NA PESQUISA EM DIREITO

Anexo A: Estudo de Caso – Uso Correto e Ético da IA (Categoria 2)

• **Cenário:** Uma mestranda está iniciando sua dissertação sobre a regulação de criptoativos no Brasil e seus impactos no sistema financeiro.

• **Passos Corretos:**

1. **Brainstorming:** A aluna utiliza o Microsoft Copilot com o prompt: "Liste os principais desafios regulatórios para criptoativos em economias emergentes, com foco em lavagem de dinheiro e proteção do investidor". A ferramenta gera uma lista de tópicos.

2. **Direcionamento de Pesquisa:** Ela usa a lista como ponto de partida para sua própria reflexão e delimita seu tema: "A Insuficiência dos Mecanismos de Prevenção à Lavagem de Dinheiro no Marco Regulatório de Criptoativos do Brasil".

3. **Busca de Fontes:** Pede à IA: "Sugira palavras-chave em português e inglês para pesquisar sobre regulação de criptoativos e AML (Anti-Money Laundering)". Com as palavras-chave, ela realiza buscas autônomas nas bases de dados da universidade (SciELO, HeinOnline, Web of Science).

4. **Validação:** A IA menciona um suposto "Relatório de 2023 do GAFI sobre Riscos em Ativos Virtuais". A aluna **não confia** na informação e vai diretamente ao site oficial do GAFI (FATF), onde localiza, lê e ficha o relatório correto.

5. **Revisão:** Após redigir um capítulo, ela insere o texto na IA com o prompt: "Revise este texto acadêmico quanto à clareza, coesão e gramática, mantendo o tom formal. Não altere o conteúdo ou os argumentos." Ela analisa as sugestões e implementa apenas aquelas que aprimoram seu texto original.

6. **Declaração:** Em sua dissertação, ela inclui a seguinte declaração: "Reconheço o uso da ferramenta Microsoft Copilot (versão de Outubro de 2025) para auxiliar nas fases de brainstorming inicial do tema e para a revisão gramatical deste manuscrito. A responsabilidade por todos os argumentos, análises e pela verificação das fontes é integralmente minha."

Anexo B: Estudo de Caso – Uso Incorreto e Antiético da IA (Plágio e Falsificação)

- **Cenário:** Um mestrando precisa entregar um artigo sobre a aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) em relações de trabalho.

- **Passos Incorretos:**

1. **Geração de Conteúdo:** O aluno utiliza o ChatGPT com o prompt: "Escreva um artigo acadêmico de 15 páginas sobre os princípios da LGPD e sua aplicação na jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (TST), com citações no formato ABNT".

2. **Plágio:** Ele copia e cola o texto gerado em um editor de texto, fazendo apenas pequenas alterações superficiais em algumas palavras e frases para "disfarçar".


3. **Falsificação:** O texto gerado pela IA cita três acórdãos do TST, com números de processo e nomes de ministros. O aluno **não verifica** a existência ou o teor desses acórdãos no site oficial do TST. (Posteriormente, descobre-se que os acórdãos foram inventados pela IA).

4. **Omissão:** Ele submete o trabalho como se fosse de sua autoria integral, sem fazer qualquer menção ao uso da ferramenta de IA.


- **Consequência:** O professor, ao ler o artigo, desconfia do estilo impessoal e decide verificar as fontes. Ao não encontrar os acórdãos citados, identifica a má conduta. O trabalho é considerado um caso grave de plágio (por apresentar texto de autoria de outrem como próprio) e falsificação (por apresentar dados e fontes inexistentes). O aluno está sujeito às sanções disciplinares mais severas, incluindo o desligamento do programa.

Anexo C: Glossário de Termos

- **Inteligência Artificial (IA) Generativa:** Um subcampo da IA focado em modelos capazes de criar conteúdo novo e original (texto, imagens, código, som) em resposta a um comando (prompt), em vez de apenas analisar ou classificar dados existentes.
- **Modelo de Linguagem Amplo (Large Language Model - LLM):** O tipo de modelo de IA que alimenta ferramentas como ChatGPT e Copilot. São redes neurais treinadas em vastas quantidades de texto para entender e gerar linguagem humana de forma probabilística.
- **Prompt:** A instrução, pergunta ou comando em linguagem natural que um usuário fornece a uma ferramenta de IA generativa para obter um resultado. A qualidade do prompt (engenharia de prompt) influencia diretamente a qualidade do *output*.
- **Alucinação (Hallucination):** Termo técnico para descrever a tendência de modelos de IA generativa de produzir informações que são factualmente incorretas, sem sentido ou completamente fabricadas, mas apresentadas de forma confiante e plausível.
- **Viés (Bias):** A tendência de um modelo de IA de reproduzir e, por vezes, amplificar preconceitos, estereótipos e desigualdades sistêmicas presentes nos dados em que foi treinado. Isso pode resultar em *outputs* que são discriminatórios ou que favorecem certas perspectivas em detrimento de outras.



Alexandre Barbosa da Silva
Coordenador PPGD



Alfredo Copetti Neto
Coordenador PPGD